

**Prefeitura Municipal do Paulista do Estado de Pernambuco**

# **PAULISTA-PE**

Psicólogo

Portaria GP nº 188/2018, de 27 de abril de 2018)

**AB128-2018**

## DADOS DA OBRA

**Título da obra:** Prefeitura Municipal do Paulista do Estado de Pernambuco

**Cargo:** Psicólogo

(Baseado na Portaria GP nº 188/2018, de 27 de abril de 2018)

- Língua Portuguesa
- Raciocínio Lógico
- Conhecimentos do SUAS
- Conhecimentos Específicos

### **Gestão de Conteúdos**

Emanuela Amaral de Souza

### **Diagramação/Editoração Eletrônica**

Elaine Cristina

Igor de Oliveira

Camila Lopes

Thais Regis

### **Produção Editorial**

Suelen Domenica Pereira

Julia Antoneli

### **Capa**

Joel Ferreira dos Santos

## SUMÁRIO

### Língua Portuguesa

LÍNGUA E LINGUAGEM .....	44
Norma culta e variedades linguísticas. ....	44
Semântica e interação.....	76
Significação das palavras. ....	76
Denotação e conotação. ....	63
Funções da Linguagem. ....	103
Textualidade (coesão, coerência e contexto discursivo). ....	86
MORFOSSINTAXE .....	
Estudo dos verbos e sua relação com as formas pronominais. ....	07
Sintaxe do período e da oração e seus dois eixos: coordenação e subordinação. ....	63
Sintaxe de Concordância. ....	52
Sintaxe de Colocação. ....	52
Sintaxe de Regência. ....	58
Análise Sintática .....	
Estudo das classes gramaticais (incluindo classificação e flexão): Artigo, Adjetivo, Numeral, Pronome, Verbo, Advérbio, Conjunção, Preposição, Interjeição, Conectivos, Formas variantes. ....	07
Emprego das palavras. ....	07
ORTOGRAFIA E ACENTUAÇÃO. ....	44
ESTUDO DE TEXTOS .....	88
Interpretação de textos. ....	83
Tópico frasal e sua relação com ideias secundárias. Elementos relacionadores.....	88
Pontuação. ....	50
Conteúdo, ideias e tipos de texto. ....	88
O texto literário: tema, foco narrativo, personagens, tempo. ....	85
Coexistência das regras ortográficas atuais com o Novo Acordo Ortográfico.....	44

### Raciocínio Lógico

Princípio da Regressão ou Reversão. ....	01
Lógica Dedutiva, Argumentativa e Quantitativa.....	09
Lógica matemática qualitativa, Sequências Lógicas envolvendo Números, Letras e Figuras. ....	26
Geometria básica. ....	42
Álgebra básica e sistemas lineares. ....	01
Calendários.....	01
Numeração. ....	01
Razões Especiais. ....	01
Análise Combinatória e Probabilidade. ....	30
Progressões Aritmética e Geométrica. ....	42
Conjuntos; as relações de pertinência, inclusão e igualdade; operações entre conjuntos, união, interseção e diferença. ....	01
Comparações.....	01



## SUMÁRIO

### Conhecimentos do SUAS

Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais; .....	01
Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004.....	01
Resolução CNAS nº 145 de 15/10/2004;.....	31
Norma Operacional Básica – NOB/SUAS; Norma Operacional Básica – NOB-RH/SUAS; .....	31
Lei 8.742/1993 – LOAS;.....	77
Lei Nº 12.435/2011 (Altera a LOAS e dispõe sobre a organização da Assistência); .....	85
Sistema único de Assistência Social (SUAS): Princípios, diretrizes e objetivos; Gestão do Sistema Único de Assistência Social. ....	89

### Conhecimentos Específicos

1. O diagnóstico psicológico: potencialidades e limites. Famílias: abordagens psicossociais. ....	01
2. O contexto social da família e a construção dos sujeitos. Subjetividade e cultura. ....	01
3. A pesquisa psicossocial: métodos e técnicas. ....	02
4. Psicologia social e Psicologia comunitária: campos de aplicação. ....	02
5. Transgressão e identidade: as diferentes visões e atuações profissionais no campo da psicologia. ....	07
6. Código de Ética do Psicólogo. ....	08
7. Constituição Federal de 1988 – Título I - dos Princípios Fundamentais; Título II - dos Direitos Fundamentais: Capítulo I dos direitos e deveres individuais e coletivos e Capítulo II dos direitos sociais. ....	11
8. Lei 8.742/1993 – LOAS. ....	49
9. Lei 8.069 de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente. ....	57
10. Lei 12.594/2012 – SINASE. ....	115
11. Lei 10.741/2003 - Estatuto do Idoso. ....	128
12. Lei 12.852/2013 - Estatuto da Juventude.....	147
13. Lei 13.146/2015 - Estatuto da Pessoa com Deficiência. ....	153
14. Lei 12.288/2010 – Estatuto de Igualdade Racial. ....	181
15. Declaração Universal de Direitos Humanos.....	191



## LÍNGUA PORTUGUESA

Letra e Fonema.....	01
Estrutura das Palavras.....	04
Classes de Palavras e suas Flexões.....	07
Ortografia.....	44
Acentuação.....	47
Pontuação.....	50
Concordância Verbal e Nominal.....	52
Regência Verbal e Nominal.....	58
Frase, oração e período.....	63
Sintaxe da Oração e do Período.....	63
Termos da Oração.....	63
Coordenação e Subordinação.....	63
Crase.....	71
Colocação Pronominal.....	74
Significado das Palavras.....	76
Interpretação Textual.....	83
Tipologia Textual.....	85
Gêneros Textuais.....	86
Coesão e Coerência.....	86
Reescrita de textos/Equivalência de Estruturas.....	88
Estrutura Textual.....	90
Redação Oficial.....	91
Funções do "que" e do "se".....	100
Varição Linguística.....	101
O processo de comunicação e as funções da linguagem.....	103





Na produção de vogais, a boca fica aberta ou entreaberta. As vogais podem ser:

- **Orais:** quando o ar sai apenas pela boca: /a/, /e/, /i/, /o/, /u/.

- **Nasais:** quando o ar sai pela boca e pelas fossas nasais.

/ã/: *fã, canto, tampa*

/ẽ/: *dente, tempero*

/ĩ/: *lindo, mim*

/õ/: *bonde, tombo*

/ũ/: *nunca, algum*

- **Átonas:** pronunciadas com menor intensidade: *até, bola*.

- **Tônicas:** pronunciadas com maior intensidade: *até, bola*.

**Quanto ao timbre**, as vogais podem ser:

- Abertas: *pé, lata, pó*

- Fechadas: *mês, luta, amor*

- Reduzidas - Aparecem quase sempre no final das palavras: *dedo* ("dedu"), *ave* ("avi"), *gente* ("genti").

## 2) Semivogais

Os fonemas /i/ e /u/, algumas vezes, não são vogais. Aparecem apoiados em uma vogal, formando com ela uma só emissão de voz (uma sílaba). Neste caso, estes fonemas são chamados de *semivogais*. A diferença fundamental entre vogais e semivogais está no fato de que estas não desempenham o papel de núcleo silábico.

Observe a palavra *papai*. Ela é formada de duas sílabas: *pa - pai*. Na última sílaba, o fonema vocálico que se destaca é o "a". Ele é a vogal. O outro fonema vocálico "i" não é tão forte quanto ele. É a semivogal. Outros exemplos: *saudade, história, série*.

## 3) Consoantes

Para a produção das consoantes, a corrente de ar expirada pelos pulmões encontra obstáculos ao passar pela cavidade bucal, fazendo com que as consoantes sejam verdadeiros "ruídos", incapazes de atuar como núcleos silábicos. Seu nome provém justamente desse fato, pois, em português, sempre consoam ("soam com") as vogais. Exemplos: /b/, /t/, /d/, /v/, /l/, /m/, etc.

### Encontros Vocálicos

Os encontros vocálicos são agrupamentos de vogais e semivogais, sem consoantes intermediárias. É importante reconhecê-los para dividir corretamente os vocábulos em sílabas. Existem três tipos de encontros: o *ditongo*, o *tritongo* e o *hiato*.

## 1) Ditongo

É o encontro de uma vogal e uma semivogal (ou vice-versa) numa mesma sílaba. Pode ser:

- **Crescente:** quando a semivogal vem antes da vogal: *sé-rie* (i = semivogal, e = vogal)

- **Decrescente:** quando a vogal vem antes da semivogal: *pai* (a = vogal, i = semivogal)

- **Oral:** quando o ar sai apenas pela boca: *pai*

- **Nasal:** quando o ar sai pela boca e pelas fossas nasais: *mãe*

## 2) Tritongo

É a sequência formada por uma semivogal, uma vogal e uma semivogal, sempre nesta ordem, numa só sílaba. Pode ser oral ou nasal: *Paraguai* - Tritongo oral, *quão* - Tritongo nasal.

## 3) Hiato

É a sequência de duas vogais numa mesma palavra que pertencem a sílabas diferentes, uma vez que nunca há mais de uma vogal numa mesma sílaba: *saída* (sa-í-da), *poesia* (po-e-si-a).

### Encontros Consonantais

O agrupamento de duas ou mais consoantes, sem vogal intermediária, recebe o nome de *encontro consonantal*. Existem basicamente dois tipos:

1-) os que resultam do contato consoante + "l" ou "r" e ocorrem numa mesma sílaba, como em: *pe-dra, pla-no, a-tle-ta, cri-se*.

2-) os que resultam do contato de duas consoantes pertencentes a sílabas diferentes: *por-ta, rit-mo, lis-ta*.

Há ainda grupos consonantais que surgem no início dos vocábulos; são, por isso, inseparáveis: *pneu, gno-mo, psi-có-lo-go*.

### Dígrafos

De maneira geral, cada fonema é representado, na escrita, por apenas uma letra: *lixo* - Possui quatro fonemas e quatro letras.

Há, no entanto, fonemas que são representados, na escrita, por duas letras: *bicho* - Possui quatro fonemas e cinco letras.

Na palavra acima, para representar o fonema /xe/ foram utilizadas duas letras: o "c" e o "h".

Assim, o *dígrafo* ocorre quando duas letras são usadas para representar um único fonema (di = dois + grafo = letra). Em nossa língua, há um número razoável de dígrafos que convém conhecer. Podemos agrupá-los em dois tipos: consonantais e vocálicos.

## RACIOCÍNIO LÓGICO

1 Conceitos básicos de raciocínio lógico: proposições; valores lógicos das proposições; sentenças abertas; número de linhas da tabela verdade; conectivos; proposições simples; proposições compostas. 2 Tautologia .....	01
Lógica de argumentação .....	09
Diagramas lógicos e lógica de primeira ordem.....	13
Equivalências .....	19
Leis de demorgan .....	23
Sequência lógica .....	26
Princípios de contagem e probabilidade .....	30
Operações com conjunto .....	37
Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos e matriciais.....	42
Porcentagem .....	63



# RACIOCÍNIO LÓGICO

## PROF. EVELISE LEIKO UYEDA AKASHI

Especialista em Lean Manufacturing pela Pontifícia Universidade Católica- PUC Engenheira de Alimentos pela Universidade Estadual de Maringá – UEM. Graduada em Matemática pelo Claretiano.

**1 CONCEITOS BÁSICOS DE RACIOCÍNIO LÓGICO: PROPOSIÇÕES; VALORES LÓGICOS DAS PROPOSIÇÕES; SENTENÇAS ABERTAS; NÚMERO DE LINHAS DA TABELA VERDADE; CONECTIVOS; PROPOSIÇÕES SIMPLES; PROPOSIÇÕES COMPOSTAS. 2 TAUTOLOGIA.**

### Proposição

Definição: Todo o conjunto de palavras ou símbolos que exprimem um pensamento de sentido completo.

Nossa professora, bela definição!  
Não entendi nada!

Vamos pensar que para ser proposição a frase tem que fazer sentido, mas não só sentido no nosso dia a dia, mas também no sentido lógico.

Para uma melhor definição dentro da lógica, para ser proposição, temos que conseguir julgar se a frase é verdadeira ou falsa.

Exemplos:

(A) A Terra é azul.

Conseguimos falar se é verdadeiro ou falso? Então é uma proposição.

(B)  $\sqrt{2} > 2$

Como  $\sqrt{2} \approx 1,41$ , então a proposição tem valor lógico falso.

Todas elas exprimem um fato.

Agora, vamos pensar em uma outra frase:

O dobro de 1 é 2?

Sim, correto?

Correto. Mas é uma proposição?

Não! Porque sentenças interrogativas, não podemos declarar se é falso ou verdadeiro.

Bruno, vá estudar.

É uma declaração imperativa, e da mesma forma, não conseguimos definir se é verdadeiro ou falso, portanto, não é proposição.

Passei!

Ahh isso é muito bom, mas infelizmente, não podemos de qualquer forma definir se é verdadeiro ou falso, porque é uma sentença exclamativa.

Vamos ver alguns princípios da lógica:

- I. Princípio da não Contradição: uma proposição não pode ser verdadeira "e" falsa ao mesmo tempo.
- II. Princípio do Terceiro Excluído: toda proposição "ou" é verdadeira "ou" é falsa, isto é, verifica-se sempre um desses casos e nunca um terceiro caso.

### Valor Lógico das Proposições

Definição: Chama-se valor lógico de uma proposição a verdade, se a proposição é verdadeira (V), e a falsidade, se a proposição é falsa (F).

Exemplo

p: Thiago é nutricionista.

$V(p) = V$  essa é a simbologia para indicar que o valor lógico de p é verdadeira, ou

$V(p) = F$

Basicamente, ao invés de falarmos, é verdadeiro ou falso, devemos falar tem o valor lógico verdadeiro, tem valor lógico falso.

### Classificação

Proposição simples: não contém nenhuma outra proposição como parte integrante de si mesma. São geralmente designadas pelas letras latinas minúsculas p,q,r,s...

E depois da letra colocamos ":"

Exemplo:

p: Marcelo é engenheiro

q: Ricardo é estudante

Proposição composta: combinação de duas ou mais proposições. Geralmente designadas pelas letras maiúsculas P, Q, R, S,...

Exemplo:

P: Marcelo é engenheiro e Ricardo é estudante.

Q: Marcelo é engenheiro ou Ricardo é estudante.

Se quisermos indicar quais proposições simples fazem parte da proposição composta:

$P(p,q)$

Se pensarmos em gramática, teremos uma proposição composta quando tiver mais de um verbo e proposição simples, quando tiver apenas 1. Mas, lembrando que para ser proposição, temos que conseguir definir o valor lógico.

### Conectivos

Agora vamos entrar no assunto mais interessante: o que liga as proposições.

Antes, estávamos vendo mais a teoria, a partir dos conectivos vem a parte prática.

## RACIOCÍNIO LÓGICO

### Definição

Palavras que se usam para formar novas proposições, a partir de outras.

Vamos pensar assim: conectivos? Conectam alguma coisa?

Sim, vão conectar as proposições, mas cada conetivo terá um nome, vamos ver?

### -Negação

**extensa:** não, é falso que, não é verdade que, é mentira que  
**símbolo:**  $\sim$ ,  $\neg$

Exemplo

p: Lívia é estudante.

$\sim$ p: Lívia não é estudante.

q: Pedro é loiro.

$\neg$ q: É falso que Pedro é loiro.

r: Érica lê muitos livros.

$\sim$ r: Não é verdade que Érica lê muitos livros.

s: Cecília é dentista.

$\neg$ s: É mentira que Cecília é dentista.

### -Conjunção

**extensa:** "e", "nem", "mas também", "como também", "além de (disso, disto, daquilo)", "quanto" (depois de tanto), "bem como", "mas", "porém", "todavia", "entretanto", "no entanto", "senão", "não obstante", "contudo" etc.  
**Símbolo:**  $\wedge$

Nossa, são muitas formas de se escrever com a conjunção.

Não precisa decorar todos, alguns são mais usuais: "e", "mas", "porém"

Exemplos

p: Vinícius é professor.

q: Camila é médica.

$p \wedge q$ : Vinícius é professor e Camila é médica.

$p \wedge q$ : Vinícius é professor, mas Camila é médica.

$p \wedge q$ : Vinícius é professor, porém Camila é médica.

### - Disjunção

**extensa:** ..ou...  
**símbolo:**  $\vee$

p: Vitor gosta de estudar.

q: Vitor gosta de trabalhar

$p \vee q$ : Vitor gosta de estudar ou Vitor gosta de trabalhar.

### - Disjunção Exclusiva

Extensa: Ou...ou...

Símbolo:  $\vee$

p: Vitor gosta de estudar.

q: Vitor gosta de trabalhar

$p \vee q$ : Ou Vitor gosta de estudar ou Vitor gosta de trabalhar.

### -Condicional

Extensa: Se...,então..., É necessário que, Condição necessária

Símbolo:  $\rightarrow$

Exemplos

$p \rightarrow q$ : Se chove, então faz frio.

$p \rightarrow q$ : É suficiente que chova para que faça frio.

$p \rightarrow q$ : Chover é condição suficiente para fazer frio.

$p \rightarrow q$ : É necessário que faça frio para que chova.

$p \rightarrow q$ : Fazer frio é condição necessária para chover.

### -Bicondicional

Extensa: se, e somente se, ...

Símbolo:  $\leftrightarrow$

p: Lucas vai ao cinema

q: Danilo vai ao cinema.

$p \leftrightarrow q$ : Lucas vai ao cinema se, e somente se, Danilo vai ao cinema.

### Referências

ALENCAR FILHO, Edgar de – Iniciação a lógica matemática – São Paulo: Nobel – 2002.

### Questões

**01. (IFBAIANO – Assistente em Administração – FCM/2017)** Considere que os valores lógicos de p e q são V e F, respectivamente, e avalie as proposições abaixo.

I-  $p \rightarrow \sim(p \vee \sim q)$  é verdadeiro

II-  $\sim p \rightarrow \sim p \wedge q$  é verdadeiro

III-  $p \rightarrow q$  é falso

IV-  $\sim(\sim p \vee q) \rightarrow p \wedge \sim q$  é falso

Está correto apenas o que se afirma em:

(A) I e III.

(B) I, II e III.

(C) I e IV.

(D) II e III.

(E) III e IV.

## CONHECIMENTOS DO SUAS

Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais; .....	01
Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004.....	01
Resolução CNAS nº 145 de 15/10/2004; .....	31
Norma Operacional Básica – NOB/SUAS; Norma Operacional Básica – NOB-RH/SUAS; .....	31
Lei 8.742/1993 – LOAS;.....	77
Lei Nº 12.435/2011 (Altera a LOAS e dispõe sobre a organização da Assistência); .....	85
Sistema único de Assistência Social (SUAS): Princípios, diretrizes e objetivos; Gestão do Sistema Único de Assistência Social .....	89



**TIPIFICAÇÃO NACIONAL DE SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS**

**APRESENTAÇÃO**

Ao tempo em que se comemora os 25 anos do texto constitucional que demarca e inaugura os direitos sociais, materializados na chamada Constituição Cidadã, comemora-se os 20 anos de promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e sua expressiva alteração em 2011 pela Lei 12.435, que incorpora os avanços significativos advindos da implantação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) no país. É também tempo de celebrar os 8 anos de implantação do SUAS, erigido em consonância às diretrizes e princípios da Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004), da Norma Operacional Básica do SUAS (NOB-SUAS/2012), que alterou o texto de 2005 e da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/2006).

Neste cenário de conquistas, evidenciamos a aprovação pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), por meio da Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Esta normativa possibilitou a padronização em todo território nacional dos serviços de proteção social básica e especial, estabelecendo seus conteúdos essenciais, público a ser atendido, propósito de cada um deles e os resultados esperados para a garantia dos direitos socioassistenciais. Além das provisões, aquisições, condições e formas de acesso, unidades de referência para a sua realização, período de funcionamento, abrangência, a articulação em rede, o impacto esperado e suas regulamentações específicas e gerais.

A aprovação da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais representou uma importante conquista para a assistência social brasileira alcançando um novo patamar, estabelecendo tipologias que, sem dúvidas, corroboram para ressignificar a oferta e a garantia do direito socioassistencial.

Esta versão atende às recomendações do CNAS expressas na Resolução nº 35, de 29 de novembro de 2011, considerando os avanços materializados nas Resoluções nº. 33 e 34 do mesmo ano, que tratam respectivamente da Promoção da Integração ao Mercado de Trabalho; e, da Habilitação e Reabilitação da pessoa com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária no campo socioassistencial, materializadas na Resolução CNAS nº 13, de 13 de maio de 2014.

Denise Colin  
Secretária Nacional de Assistência Social

Luziele Maria de Souza Tapajós  
Presidenta do CNAS

**RESOLUÇÃO Nº 109, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2009**

Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.

O Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), em reunião ordinária realizada nos dias 11 e 12 de novembro de 2009, no uso da competência que lhe conferem os incisos II, V, IX e XIV do artigo 18 da Lei n.º 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS);

Considerando a Resolução CNAS n.º 145, de 15 de outubro de 2004, que aprova a Política Nacional de Assistência Social (PNAS);

Considerando a Resolução CNAS n.º 130, de 15 de julho de 2005, que aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS);

Considerando a Resolução CNAS n.º 269, de 13 de dezembro de 2006, que aprova a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOBRH/SUAS);

Considerando a deliberação da VI Conferência Nacional de Assistência Social de "Tipificar e consolidar a classificação nacional dos serviços socioassistenciais";

Considerando a meta prevista no Plano Decenal de Assistência Social, de estabelecer bases de padronização nacional dos serviços e equipamentos físicos do SUAS;

Considerando o processo de Consulta Pública realizado no período de julho a setembro de 2009, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS);

Considerando o processo de discussão e pactuação na Comissão Intergestores Tripartite (CIT) e discussão no âmbito do CNAS da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Aprovar a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, conforme anexos, organizados por níveis de complexidade do SUAS: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, de acordo com a disposição abaixo:

**I - Serviços de Proteção Social Básica:**

- a) Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF);
- b) Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;
- c) Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosos.

**II - Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade:**

- a) Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI);
- b) Serviço Especializado em Abordagem Social;

## CONHECIMENTOS DO SUAS

c) Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC);

Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias;

d) Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.

III - Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade:

a) Serviço de Acolhimento Institucional, nas seguintes modalidades:

- abrigo institucional;

- Casa-Lar;

- Casa de Passagem;

- Residência Inclusiva.

b) Serviço de Acolhimento em República;

c) Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora;

d) Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRCIA MARIA BIONDI PINHEIRO

Presidente do Conselho

### RESOLUÇÃO CNAS Nº 13, DE 13 DE MAIO DE 2014

Inclui na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, aprovada por meio da Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, a faixa etária de 18 a 59 anos no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

O CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CNAS, em reunião ordinária realizada no dia 6 de maio de 2014, no uso da competência conferida pelo art. 18 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS,

Considerando a Resolução CNAS nº 33, que define a Promoção da Integração ao Mercado de Trabalho no campo da assistência social e estabelece seus requisitos;

Considerando a Resolução CNAS nº 34, que define a Habilitação e Reabilitação da pessoa com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária no campo da assistência social e estabelece seus requisitos; e

Considerando a Resolução CNAS nº 35, que recomenda a elaboração das adequações relativas à regulamentação das alíneas c e d do inciso I, do artigo 2º da LOAS,

RESOLVE:

Art. 1º Incluir na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, aprovada por meio da Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, a faixa etária de 18 a 59 anos no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, na forma do anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LUZIELE MARIA DE SOUZA TAPAJÓS

Presidenta do Conselho Nacional de Assistência Social

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### Psicólogo

1. O diagnóstico psicológico: potencialidades e limites. Famílias: abordagens psicossociais. ....	01
2. O contexto social da família e a construção dos sujeitos. Subjetividade e cultura. ....	01
3. A pesquisa psicossocial: métodos e técnicas. ....	02
4. Psicologia social e Psicologia comunitária: campos de aplicação. ....	02
5. Transgressão e identidade: as diferentes visões e atuações profissionais no campo da psicologia. ....	07
6. Código de Ética do Psicólogo. ....	08
7. Constituição Federal de 1988 – Título I - dos Princípios Fundamentais; Título II - dos Direitos Fundamentais: Capítulo I dos direitos e deveres individuais e coletivos e Capítulo II dos direitos sociais. ....	11
8. Lei 8.742/1993 – LOAS. ....	49
9. Lei 8.069 de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente. ....	57
10. Lei 12.594/2012 – SINASE. ....	115
11. Lei 10.741/2003 - Estatuto do Idoso. ....	128
12. Lei 12.852/2013 - Estatuto da Juventude. ....	147
13. Lei 13.146/2015 - Estatuto da Pessoa com Deficiência. ....	153
14. Lei 12.288/2010 – Estatuto de Igualdade Racial. ....	181
15. Declaração Universal de Direitos Humanos. ....	191



## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### Psicólogo

#### 1. O DIAGNÓSTICO PSICOLÓGICO: POTENCIALIDADES E LIMITES. FAMÍLIAS: ABORDAGENS PSICOSSOCIAIS.

Este procedimento necessariamente utiliza-se de testes psicológicos – cujo uso é exclusivo dos psicólogos – diferentemente da avaliação psicológica, na qual o psicólogo pode ou não lançar-mão desses instrumentos.

O psicodiagnóstico, além de ser um procedimento científico (Por ser derivado de um levantamento prévio de hipóteses, confirmadas ou invalidadas por passos pre-determinados e com objetivos específicos.), é limitado no tempo, pois ao estabelecer contato prévio com o cliente ou seu responsável, para colher os dados principais, pode-se estabelecer um plano de avaliação, assim como estimar o tempo necessário para sua realização.

O processo do psicodiagnóstico utiliza também testes psicológicos de forma individual ou coletiva para entender o sujeito à luz de determinados pressupostos teóricos. Sendo assim, é possível identificar e avaliar aspectos específicos da constituição do indivíduo, da mesma forma que se pode elaborar a melhor intervenção para o paciente psicodiagnosticado (Cunha, 2000).

Os objetivos desse tipo de diagnóstico podem variar entre a classificação simples, classificação nosológica (nome da doença), descrição, diagnóstico diferencial, avaliação compreensiva, entendimento dinâmico, prevenção, prognóstico e perícia forense. Portanto, a partir daí, é plausível dizer que cabe ao psicólogo a emissão de atestado circunscrito às suas atribuições profissionais e com fundamento no diagnóstico psicológico produzido.

Com base no que foi dito acima, é fundamental a realização do psicodiagnóstico antes do início de qualquer processo psicoterapêutico.

Habitualmente, o psicodiagnóstico é realizado numa sala ou consultório onde o psicólogo recebe os encaminhamentos, tanto de outros profissionais da saúde, como da comunidade escolar, poder judiciário. O psicólogo atende também demandas individuais que procuram diretamente esse tipo de trabalho científico.

Importante salientar que no processo psicodiagnóstico, deve-se levar em consideração o sujeito como algo mutável, dinâmico e multideterminado, circunscrito num contexto mais amplo, para além da consulta psicológica. Da mesma forma, também é indispensável levar em consideração o próprio sujeito do avaliador, quais seriam as perspectivas teóricas norteadoras de sua prática, qual a sua disposição para com o sujeito investigado, suas limitações. Sendo assim, é fundamental que o psicólogo tenha uma preocupação ética para com as pessoas que se submetem ao exame, e consigo próprio, observando seus limites e possibilidades de relação.

Fonte: <https://portalpsic.com.br/areas-da-psicologia/psicodiagnostico/>

#### 2. O CONTEXTO SOCIAL DA FAMÍLIA E A CONSTRUÇÃO DOS SUJEITOS. SUBJETIVIDADES E CULTURA.

No texto de Peres (2005), “O Estudo da Subjetividade na Família: Desafios Metodológicos”, a autora aborda aspectos da subjetividade no contexto familiar a partir da situação de “crianças de rua”, observando perspectivas econômicas, materiais e psicológicas, e considerando ainda, um método que contemple as especificidades de cada criança e família. Tendo como fonte a subjetividade individual constituída na comunicação da família para compreensão do desenvolvimento, são adotadas no texto concepções que contemplam a história e cultura dos indivíduos.

Peres (2005) pontua o social como importante catalisador para o desenvolvimento, de modo que a significação dos papéis de cada indivíduo se dá primeiramente através da família. As emoções como processos psicológicos, produziram sentidos subjetivos das experiências, que devem compreendidos em cada momento da história pessoal. As necessidades da criança, por sua vez, seriam constituintes das emoções e motivariam o desenvolvimento, e por isso deveriam ser organizadas inicialmente na família por meio da comunicação entre os membros. Porém, isso seria dificultado devido aos vários modelos de família influenciados por situações socioculturais (PERES, 2005).

Os papéis iniciais assumidos pela criança na família, oriundos da afetividade necessária, seriam gradualmente diferenciados e singularizados e também se tornariam mais complexos. A formação da subjetividade influenciada pela linguagem seria dependente da afetividade, tornando nossas condutas dependentes do social. Para a autora, a compreensão do caráter intersubjetivo dos papéis auxiliaria o desenvolvimento de um autoconceito, sendo a família um lugar de possível produção de subjetividades individuais, construindo um Sujeito (PERES, 2005).

A comunicação, segundo Peres (2005), seria uma via de acesso a construção informações sobre processos subjetivos familiares, sendo a qualidade de suas relações dependente disso. Porém, dificuldades e desigualdades no âmbito social tornariam a comunicação penosa e até mesmo impraticável, que é o caso das famílias de “crianças de rua”. A comunicação intersubjetiva permitiria o compartilhamento de expressões de subjetividades individuais, incluindo aspectos de reciprocidade no grupo. Uma comunicação autêntica seria, portanto, fundamental para o desenvolvimento individual na família e sociedade (PERES, 2005).

Dessa maneira, para a construção de um método que contemple qualidades construtivas e interpretativas, é necessário que haja “zonas de sentido do real”, ou seja, elementos que façam sentido para a família na sua relação com o pesquisador, através do contexto das subjetividades e histórias desse grupo (PERES, 2005). A formação dessas zonas em conjunto, propiciaria uma autonomia ou uma expressão aberta de ideias e sentimentos que são singulares, possibilitando ao investigador a construção de sínteses, e à família a oportunidade de entendimento das informações.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### Psicólogo

A compreensão da subjetividade na família seria, portanto, fundamental para seu estudo, sendo o método, responsável pela qualidade da relação com o pesquisador e também pela autonomia dos indivíduos. Vê-se desse modo, a família como responsável pelas construções subjetivas dos indivíduos, que são fundamentadas no social. A formulação de necessidades no âmbito familiar de modo geral proporcionaria a sensibilização entre os membros do grupo, independentemente das condições da comunicação, que por sua vez é singular devido às subjetividades.

O incentivo a comunicação familiar se apresenta, desse modo, como ferramenta indispensável para a compreensão de sua subjetividade. Além de uma oportunidade de expressão de suas construções subjetivas, os indivíduos ganhariam secundariamente, pois às organizariam para poder se comunicar, e a partir dessa organização conseguiriam perceber suas novas necessidades e emoções.

A relação entre necessidades, emoções e comunicação no âmbito familiar demonstra a importância da qualidade de suas relações, pois refletem no autoconceito de cada um, bem como a maneira como o indivíduo interage com a sociedade. Logo, o papel do mediador/profissional que intervém nesse grupo, seria o de identificar as singularidades da família em questão e incentivar a comunicação entre os membros de acordo com essas características, de modo que seja possível compreender melhor sua subjetividade, bem como encorajar sua autonomia.

Fonte: <http://encenasaudemental.net/post-destaque/estudo-da-subjetividade-na-familia-a-importancia-da-comunicacao/>

### 3. A PESQUISA PSICOSSOCIAL: MÉTODOS E TÉCNICAS.

A psicologia social é um ramo da psicologia que trata especificamente e, preferencialmente, do funcionamento dos indivíduos em seus ambientes sociais, ou seja, como parte integrante de uma sociedade ou comunidade, como ser humano, como ambiente em que se desenvolve, contribui para determinar o outro. Assim como em diferentes sociedades existem instituições que normalmente possuem características humanas, muitas vezes e quase paralelo a isso, a vida social de qualquer pessoa tornou-se crucial na direção do funcionamento psicológico de alguém, então, é justamente aí que concentra a sua atenção na psicologia social.

Embora este ramo não nascesse com a psicologia, logo, surgiria como necessidade imediata para explicar alguns processos que tem lugar na sociedade e que obviamente são resultados da ação do homem. Foi no início do século passado, nos Estados Unidos, e pela mão de Floyd Allport que surgiram suas principais definições e que se tornou em uma autêntica disciplina científica.

Acima indicamos o ofício geral e o contexto em que a psicologia social interferiu com suas conclusões, explicações e teorias, no entanto, entre aqueles que seriam seus temas específicos de interesse amplamente estudados por um número de estudiosos e especialistas, encontramos com atitudes, agressões, atrações, a comunidade, a comunicação, a conformidade, os estereótipos, os grupos, as habilidades sociais, as expectativas, a identidade, liderança, movimentos, obediência, o preconceito, a socialização, valores e violência, entre outros.

No caso em que alguma pessoa apresente alguma disfunção em alguns dos aspectos anteriormente mencionados, que lhe reporte um impedimento para integrar ou desenvolver-se como qualquer outro dentro de um ambiente social, será necessário que um profissional nesta matéria intervenha com suportes adequados e aconselhados em cada caso particular para garantir que o paciente se recupere ou alcance as habilidades exigidas para seu correto funcionamento dentro de uma sociedade, como trabalhar, viver, relacionar-se com seus colegas, entre outras questões.

Normalmente, a melhor terapia é aquela que busca incluir a pessoa em apuros, sempre dentro de um ambiente social, isto é, que seja propriamente em um ambiente compartilhado que conheça, aceite e compartilhe com os demais seus principais conflitos para poder ser resolvidos.

Fonte: ... Artigo <http://queconceito.com.br/psicossocial>

### 4. PSICOLOGIA SOCIAL E PSICOLOGIA COMUNITÁRIA: CAMPOS DE APLICAÇÃO.

A profissão de psicólogo foi regulamentada no Brasil em 1962. Pouco tempo antes do Golpe Militar que condenou o País a um longo período ditatorial. Na época, as práticas psicológicas se consolidaram sob a influência de ideologias desenvolvimentistas, pautadas pela repressão política e pelo patrulhamento ideológico, que caracterizaram o Brasil ao longo de quase três décadas de ditadura explícita.

A decorrência imediata desses fatos nas práticas psicológicas e, obviamente, na formação profissional foi o predomínio de abordagens individualistas, descontextualizadas e apoiadas em modelos abstratos de seres humanos. Tais modelos eram tomados como medidas para a realização e avaliação das ações o que engendrou processos de normatização e de controle das pessoas e contribuiu para a naturalização das expressões de violência e repressão. Assim, este cenário favorecia o uso da psicologia para a articulação de espaços de exclusão social e de adaptação dos "desviantes", transformando práticas em instrumentos de controle ideológico.

Especialmente a classe média brasileira era atingida por esse processo, pois a ideologia desenvolvimentista causava na população brasileira "um profundo conformis-